

**PRODUTO
INTERNO
BRUTO**



CEPRN PLANEJAMENTO
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS
ECONÔMICOS E SOCIAIS
Secretaria de Estado
do Planejamento / SEPLAN

Piauí
GOVERNO DO ESTADO

PIAUI
PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB
2019

Teresina- 2021

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
José Wellington Barroso de Araújo Dias

VICE-GOVERNADORA
Maria Regina Sousa

SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO
Rejane Tavares da Silva

SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS (CEPRO)
Liége de Sousa Moura

DIRETORA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS
Rebeca Maria Nepomuceno Lima

GERÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS
Amanda de Almeida Silva

COORDENADORA DE CONTAS REGIONAIS
Fernanda Almeida Moita

ELABORAÇÃO
Amanda Alves Dias
Evaristo Alves dos Reis Júnior
Fernanda Almeida Moita
João Vitor Rodrigues de Araujo (Estagiário)
Manfredi Mendes de Cerqueira Júnior
Marcos Antonio Pinheiro Marques

SETOR DE PUBLICAÇÕES
Luciana Maura Sales de Sousa
Teresa Cristina Moura Araújo Nunes

ASSESSORIA DE IMPRENSA
Cristiana de Moraes Nunes Melo

CAPA
Lis Andrade Melo

CORRESPONDÊNCIA
SUPERINTENDÊNCIA CEPRO/SEPLAN
BIBLIOTECA PÁDUA RAMOS
Av. Miguel Rosa, 3190/Centro Sul – CEP 64001-490 – Teresina-PI
E-mail: assessoria.cepro@seplan.pi.gov.br – Sítio: www.cepro.pi.gov.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1 INTRODUÇÃO.....	6
2 O DESEMPENHO AGREGADO DA ECONOMIA DO PIAUÍ EM 2019	7
3 AVALIAÇÃO DO VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) DO PIAUÍ, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA	14
3.1 AGROPECUÁRIA	14
3.2 INDÚSTRIA.....	16
3.3 SERVIÇOS	17
GLOSSÁRIO	20
ANEXOS	21

APRESENTAÇÃO

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (CEPRO), vinculada à Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN), por meio da sua Diretoria de Estudos Econômicos e Sociais, apresenta os resultados do Produto Interno Bruto – PIB do Piauí, para o ano de 2019 pela ótica da produção. Quando aferido por essa ótica, o PIB é representado pelos setores econômicos Agropecuária, Indústria e Serviços.

Neste documento são divulgados resultados consolidados do PIB e PIB per capita do Piauí, Brasil e demais Unidades da Federação. São apresentadas, também, tabelas detalhadas por atividade econômica – Agropecuária, Indústria e Serviços – com desagregações que representam um total de 18 atividades econômicas, em variação real e a composição setorial do PIB piauiense. O documento apresenta ainda análises do PIB Nominal e do crescimento do PIB em termos reais, através da variação de volume de Produto.

Por meio desta publicação, a SEPLAN através da Superintendência CEPRO dá continuidade à sua missão institucional, neste caso, direcionada à produção e divulgação de dados estatísticos e de indicadores socioeconômicos com a finalidade de subsidiar e orientar as ações do planejamento público e privado estadual, bem como a elaboração de estudos e pesquisas sobre a realidade do Estado.

Finalmente, ressalta-se a importância da cooperação disponibilizada pelo IBGE através de metodologia padronizada em todos os Estados para a consolidação e consistência dos resultados finais. Os dados são coerentes, comparáveis entre si e compatíveis com o Sistema de Contas Nacionais do Brasil, construído de acordo com as recomendações das Nações Unidas, expressas no manual *System of National Accounts 2008 – SNA 2008*.

Rejane Tavares da Silva
Secretária do Planejamento

1 INTRODUÇÃO

O Produto Interno Bruto (PIB) anual das Unidades da Federação é calculado pelo Sistema de Contas Regionais do Brasil, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com institutos estaduais de estatísticas, no caso do Piauí, a Superintendência CEPRO, vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN).

A divulgação do PIB anual ocorre com defasagem de dois anos. O intervalo é necessário para a contabilização das bases de dados mais completas e abrangentes (bases estruturais), oriundas das diversas pesquisas anuais realizadas pelo IBGE, e possibilita a revisão de estimativas publicadas previamente.

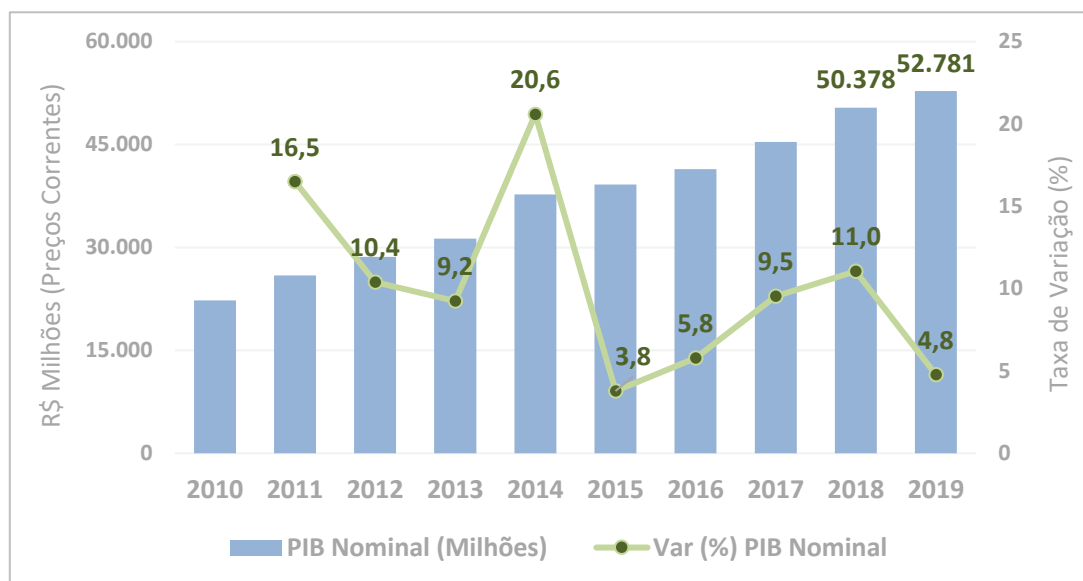
Neste relatório são divulgados os resultados do Produto Interno Bruto (PIB) do Piauí para 2019, na nova série do Sistema de Contas Regionais (referência 2010). A série do Sistema de Contas Regionais do Brasil adota 2010 como ano de referência e incorpora as recomendações da mais recente revisão do Manual de Contas Nacionais – o *System of National Accounts* (SNA/2008) – organizado pela ONU, pelo FMI, pela OCDE e pelo Banco Mundial. Além de atualizações metodológicas, essa série apresenta uma classificação integrada tanto à CNAE 2.0 quanto entre outras fontes estruturais, aos dados do Censo Agropecuário de 2006 e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008/2009.

No sistema de apuração dos resultados, adota-se um procedimento de ajuste do resultado das Contas Regionais com as Contas Nacionais, que constituem a referência balizadora e o guia para a divulgação dos resultados consolidados. São aspectos importantes, o detalhamento da conta de produção (valor bruto da produção, consumo intermediário e valor adicionado bruto), segundo os 18 setores de atividade econômica, a saber: agricultura; pecuária; produção florestal e pesca; indústria extrativa mineral; indústria de transformação; eletricidade, gás, água, esgoto e saneamento; construção civil; comércio (inclusive manutenção e reparação de veículos automotores); transporte, armazenagem e Correios; serviços de alojamento e alimentação; serviços de informação e comunicação; atividades financeiras; atividades imobiliárias; atividades profissionais, técnico-científicas e administrativas; administração pública, educação, saúde e P&D pública, defesa e seguridade social; educação e saúde mercantis; artes, cultura, esporte e recreação e, por último, serviços domésticos.

2 O DESEMPENHO AGREGADO DA ECONOMIA DO PIAUÍ EM 2019

Ao longo do ano de 2019, a economia do Estado do Piauí gerou R\$ 52,7 bilhões de PIB a preços correntes, significando um incremento nominal de 4,8% em relação a 2018 (R\$ 50,4 bilhões), conforme se observa no Gráfico 1.

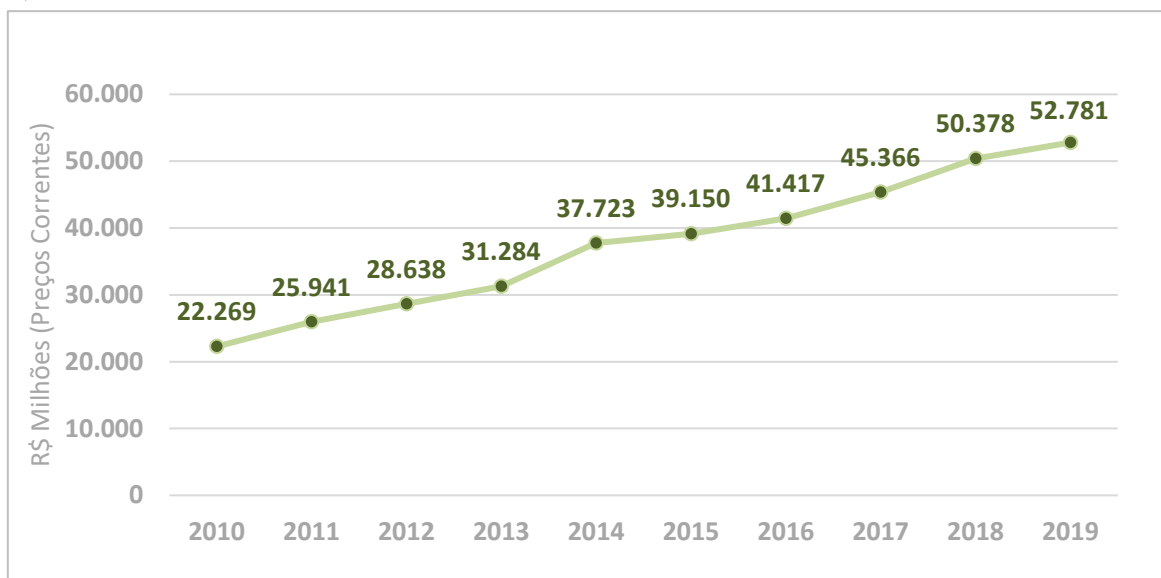
Gráfico 1 – Produto Interno Bruto e taxas de variação (%) do valor nominal – Piauí – 2010 a 2019



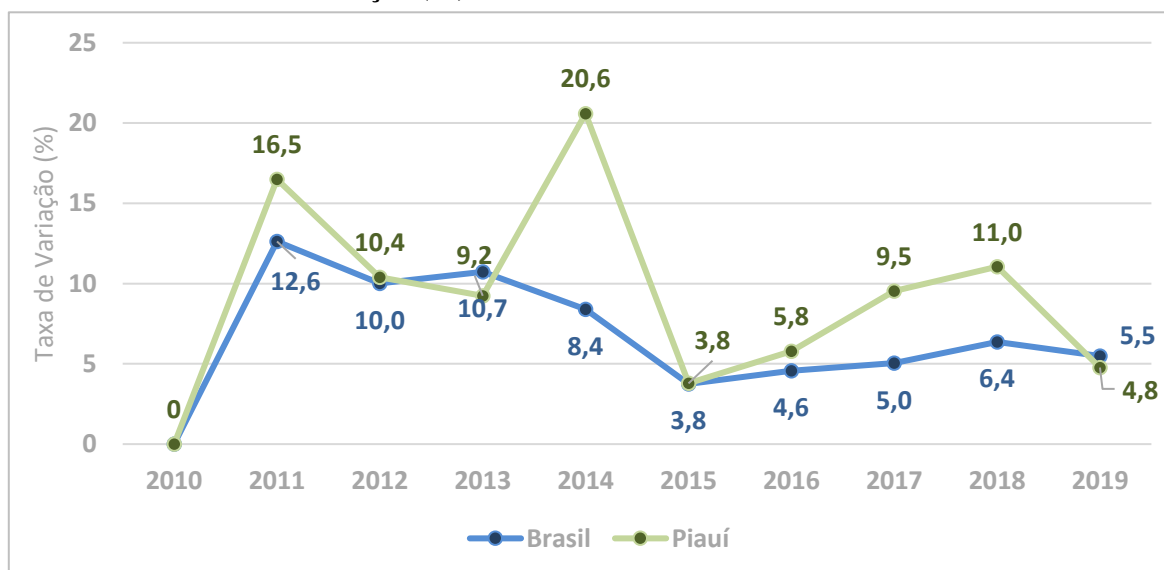
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2021). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2021).

Comparativamente, o Brasil cresceu de R\$ 7,004 trilhões em 2018, para R\$ 7,389 trilhões em 2019, um incremento nominal de 5,54% no mesmo período. No Nordeste, o crescimento nominal do PIB foi de R\$ 1,004 trilhão a R\$ 1,047 trilhão entre os anos de 2018 e 2019, o que representou um acréscimo de 4,2%.

Tomando a série histórica, ou seja, 2010 a 2019, o PIB nominal do Piauí cresceu mais que o do Brasil em nove anos. Passou de R\$ 22,2 bilhões em 2010 para R\$ 52,7 bilhões em 2019, portanto, um crescimento acumulado de 137,3%. Já o Brasil passou de R\$ 3,88 trilhões, em 2010, para R\$ 7,389 trilhões em 2019, com uma variação positiva de 90,2%.

Gráfico 2 – Piauí – Evolução do PIB (R\$ milhões) – 2010 a 2019

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2021). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2021).

Gráfico 3 – Série da variação (%) do PIB Nominal do Brasil e Piauí – 2010 a 2019

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2021). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2021).

Para a análise do PIB em termos reais utiliza-se o Índice de Volume, indicador que mede o produto real criado pela atividade econômica, sem interferência inflacionária. O volume de produção é calculado em unidades monetárias, que traduzem não apenas o volume físico, mas o seu valor real (excluída a movimentação inflacionária). Ressalte-se que esse valor pode crescer por razões não inflacionárias de um ano a outro, ainda que a quantidade produzida seja a mesma, bastando para isto que sejam incorporados ao produto ganhos tecnológicos que o valorizem no mercado, por exemplo.

Analisando-se o PIB do Piauí em termos de volume, portanto, em termos reais, verificou-se em 2019 uma discreta retração econômica de -0,6%, decorrente principalmente de variações em volume de produto nos setores Agropecuária e Serviços.

A Tabela 1 apresenta as atividades econômicas por ordem de relevância em termos de participação na economia estadual no ano de 2019. São apresentadas as atividades com suas participações em 2018 e 2019; diferença de participação:2019-2018, bem como suas respectivas variações em volume (performance em termos de crescimento real da atividade). A variação do PIB estadual é influenciada pelo grau de relevância econômica dessas atividades na composição do Valor Agregado Bruto da economia-VAB. Quanto maior for a participação de uma atividade na composição do VAB estadual, maiores são os efeitos de seu desempenho (seja positivo ou negativo) sobre a economia do Estado.

Tabela 1 – Participação e Variação em Volume das Atividades Econômicas no VAB do Estado do Piauí (2018-2019)

Atividade econômica	Participação na economia estadual (%)		Diferença de participação (p.p.) 2019/2018	Variação em volume (%) 2019/2018
	2018	2019		
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	33,32	34,21	0,89	-2,80
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	14,24	15,11	0,87	-4,83
Atividades imobiliárias	8,37	8,57	0,19	2,28
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita	7,89	6,19	-1,70	-5,17
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	5,69	5,57	-0,12	0,02
Construção	5,52	5,49	-0,03	-0,61
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,39	3,65	0,27	5,57
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	3,55	3,55	0,09	5,32
Educação e saúde privadas	3,20	3,16	-0,04	4,53
Alojamento e alimentação	3,05	3,05	0	4,08
Indústrias de transformação	3,12	2,98	-0,13	2,30
Transporte, armazenagem e Correios	2,56	2,49	-0,07	1,70
Informação e comunicação	1,43	1,43	0	-1,69
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	1,30	1,31	0,01	30,96
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	1,44	1,29	-0,15	0,29
Serviços domésticos	1,08	1,19	0,11	8,07
Produção florestal, pesca e aquicultura	0,60	0,53	-0,08	-7,48
Indústrias extrativas	0,25	0,15	-0,10	4,14

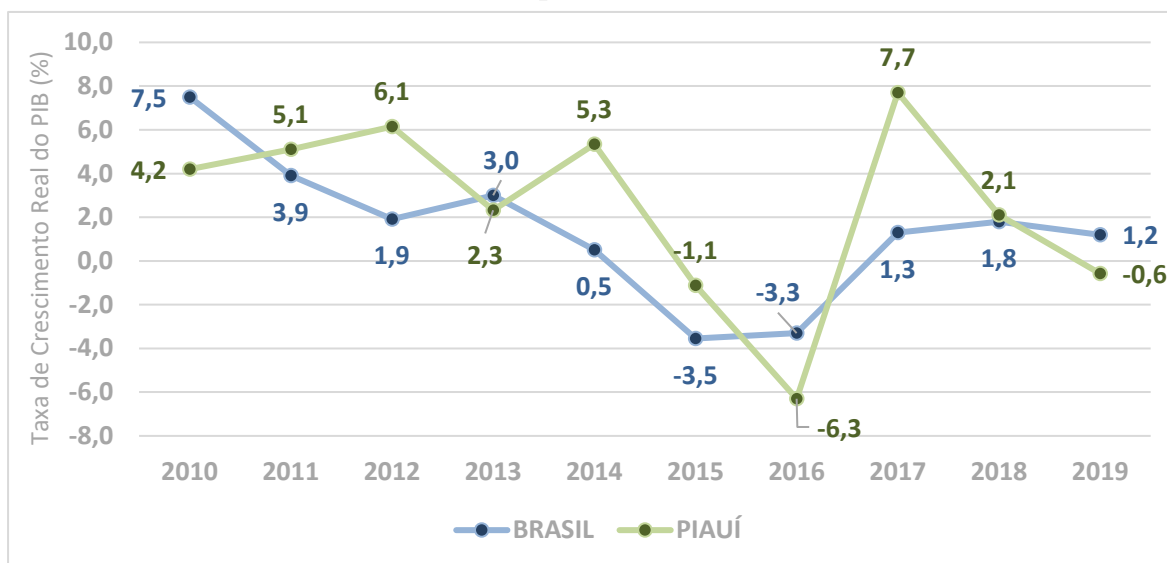
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2021). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2021).

Em 2019, diversos fatores contribuíram para a retração evidenciada, dentre os quais é possível destacar o desempenho desfavorável de três atividades relevantes para a economia estadual: i) *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*, que sendo responsável por 34,2% do VAB do Estado em 2019, apresentou variação negativa de volume de produto de -2,8%; ii) *Comércio e reparação de veículos automotores*, que sendo responsável por 15,1% do VAB apresentou variação negativa de -4,8%; iii) e *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita* que representando 6,2% do VAB registrou variação negativa de -5,2%.

Visto na perspectiva da década, conforme Grafico 4, o PIB do Piauí apresentou crescimento expressivo no ano de 2017, com variação positiva bem acima do crescimento do País (variação de volume de 7,7%), ante o desempenho negativo experimentado em 2016. A partir de 2018 observa-se certa estabilização da variação em volume do PIB estadual em relação à taxa nacional, em que a taxa de crescimento real do PIB Piauí foi de 2,1%, valor

ainda acima do nacional de 1,8%. Já em 2019, a taxa de crescimento do PIB foi de -0,6% evidenciando um arrefecimento da tendência de queda iniciada em 2017.

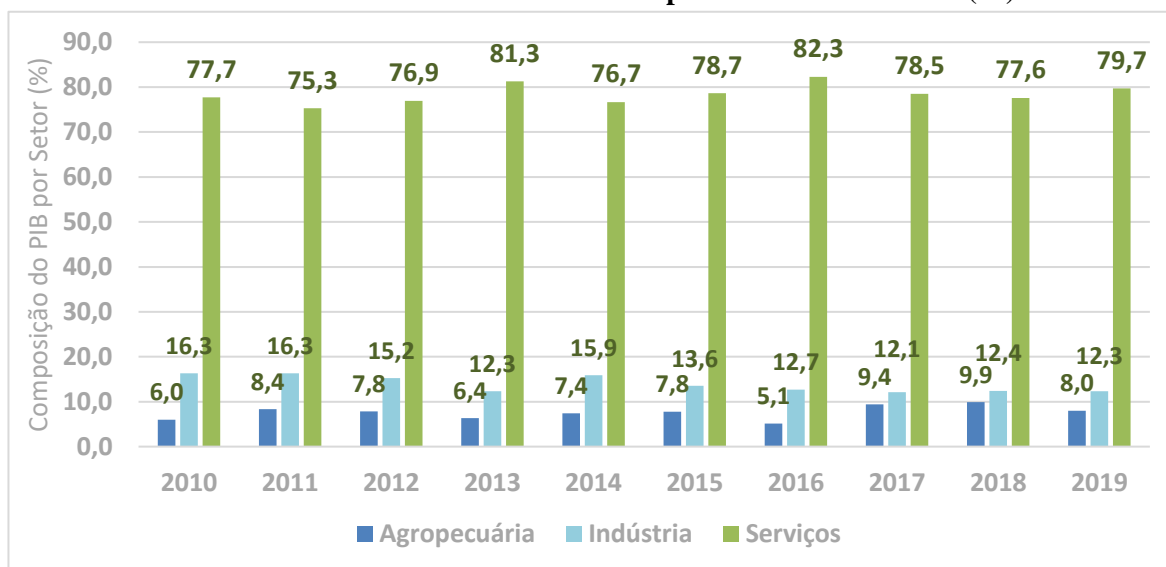
Gráfico 4 – Taxa de crescimento REAL (por índice de volume) do PIB (%) – 2010 a 2019



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2021). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2021).

Na comparação com as demais Unidades da Federação, em 2019, o Estado ocupou a 21ª posição em relação ao valor nominal do PIB e manteve sua posição em termos de participação de 5% no PIB da Região Nordeste e de 0,7% em relação ao PIB do Brasil.

Em termos de composição setorial do PIB, a estrutura da economia piauiense é marcada pela forte presença do setor Serviços, que tradicionalmente responde por mais de 70% do PIB estadual, conforme se observa na série histórica 2010/2019, apresentada no Gráfico 5. Em 2019, estiveram respectivamente em 79,7%; 12,3% e 8,0% a participação dos *Serviços*, da *Indústria* e da *Agropecuária* na economia estadual. Em relação ao ano anterior, *Agropecuária* e *Indústria* perderam participação em favor do setor *Serviços*, cuja participação cresceu 2,10 pontos percentuais.

Gráfico 5 – Piauí – Estrutura setorial da economia piauiense – 2010 a 2019 (%)

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2021). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2021).

O setor *Serviços* carrega em si o vetor mais expressivo da economia estadual, com a atividade *Administração Pública* respondendo, em 2019, por 34,2% do VAB estadual. Nesse setor encontram-se 6 das 10 atividades de maior peso no PIB do Estado.

Em 2019, os *Serviços* aumentaram ainda mais seu peso na formação do VAB estadual, elevando sua participação de 77,6 % em 2018 para 79,7%. Esse setor está classificado em 11 categorias de atividades, cujas diferenças de participação na economia em 2019 relativamente a 2018 foram as seguintes ; i) *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social* (0,89%); ii) *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* (0,87%); iii) *Atividades imobiliárias* (0,19%); iv) *Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares* (-0,12%); v) *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* (0,27%); vi) *Educação e saúde privadas* (-0,04%); vii) *Alojamento e alimentação* (0,00%); viii) *Transporte, armazenagem e Correios* (-0,07%); xi) *Informação e comunicação* (0,00%); x) *Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços* (0,01%); xi) *Serviços domésticos* (0,11%).

Dentre essas atividades, as que mais obtiveram ganho de participação relativamente a 2018 e contribuíram para o ganho de participação do setor *Serviços* foram justamente as que já possuíam peso destacado no setor ao longo dos anos anteriores da série, ou seja: *Administração, Defesa, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social*; e *Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas*. Ambas tiveram acréscimo de participação de 0,9 ponto percentual, na composição do VAB estadual, mesmo tendo

apresentado variação negativa de volume de -2,80% e -4,83% respectivamente.

A Indústria, segundo setor mais importante em termos de composição da economia estadual, está classificada em 4 categorias de atividades, cujas diferenças de participação na economia em 2019 relativamente a 2018 foram as seguintes: i) *Indústrias extrativas* (-0,10 %) ii) *Indústrias de transformação* (-0,13%); iii) *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação* (0,09%); iii) *Construção* (-0,03%).

Mesmo com crescimento real de 1,9%, a Indústria apresentou pequena perda de participação no Valor Adicionado Bruto-VAB do Estado, já que este grupo de atividade representava 12,4% em 2018, e passou a 12,3% em 2019. O comportamento das atividades de *Indústrias extrativas*; *Indústrias de transformação*; e *Construção*, que perderam, respectivamente, 0,10p.p.; 0,13p.p.; e 0,03p.p. de participação, explica essa redução do valor relativo da Indústria na economia estadual naquele ano.

A Agropecuária está classificada em 3 categorias de atividades, cujas diferenças de participação na economia em 2019 relativamente a 2018 foram as seguintes : *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita* (-1,70%); *Pecuária, inclusive apoio à Pecuária* (-0,15%) e *Produção florestal, pesca e aquicultura* (-0,08%). O setor apresentou variação negativa de VAB de 4,5%, em 2019, perda que certamente influenciou sua posição na composição do VAB estadual que era de 9,9% em 2018 e passou a 8% no ano seguinte, uma perda de participação, portanto, de 1,9 ponto percentual.

Os Gráficos 5 e 6 mostram as principais atividades econômicas em desenvolvimento no Piauí, em 2019, e sua participação no Valor Adicionado Bruto (VAB) do Estado. Percebe-se a continuidade em 2019 da predominância das categorias de atividades: *Administração, Defesa, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social* (34,2%); *Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas* (15,1%) e *Atividades Imobiliárias* (8,5%), não havendo mudanças substanciais na configuração padrão da economia estadual.

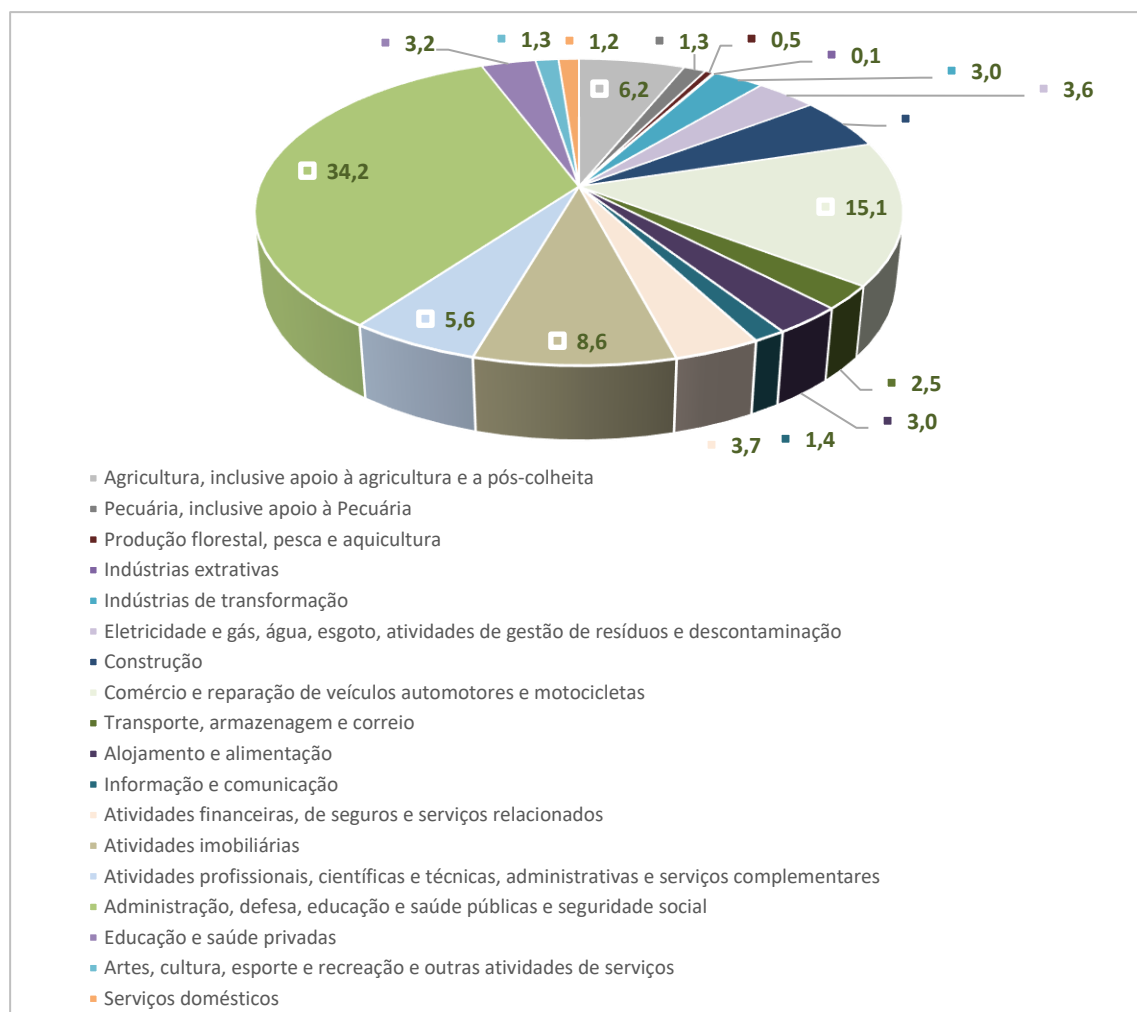
Merece destaque, entretanto, o desempenho do setor Indústria que obteve crescimento real de 1,9%, onde as atividades *Indústrias extrativas*; *Indústrias de transformação*; e *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação* protagonizaram variações positivas de volume de 4,14%; 2,30%; e 5,32%, respectivamente.

Destaca-se, ainda, a participação de algumas atividades do setor *Serviços*, que a despeito de sua pouca relevância em termos de participação no VAB, apresentou expressivo crescimento real de produto, caso das atividades *Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços*, que apresentou variação positiva de 30,9% e *Serviços domésticos*,

que cresceu 8,0%.

Ainda sobre o setor *Serviços*, outro aspecto importante refere-se ao crescimento em volume das atividades *Alojamento e alimentação* que cresceu 4,08%; *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* 5,57%; e *Educação e saúde privadas* 4,53%.

Gráfico 6 – Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto (VAB) do Piauí (%) – 2019



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2021). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2021).

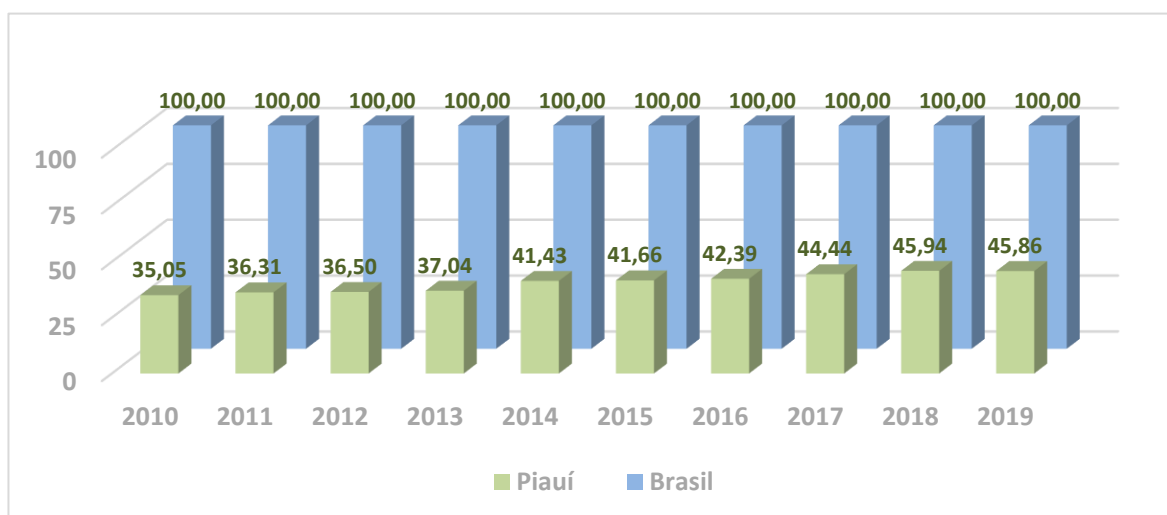
Quanto ao PIB per capita, o cálculo resulta do quociente entre o valor do PIB e a sua população residente. Para a população, utilizou-se a estimativa encaminhada pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União (TCU) em outubro de 2019, tendo 1º de julho como data de referência. As projeções para a população do Piauí foram usadas para estimar o PIB per capita do Piauí e sua evolução, em termos reais, no período 2010-2019.

Em 2019, o PIB per capita estadual atingiu R\$ 16.125,00 ante R\$ 15.432,05 em 2018, havendo, portanto, uma expansão de R\$ 692,95, uma variação nominal de 4,5%, superior à do Nordeste que foi de 3,7%. O Brasil apresentou crescimento de 4,7%.

Um outro ponto a observar é que ao longo da série 2010-2019 verifica-se uma aproximação paulatina e crescente do PIB per capita do Piauí ao valor do PIB per capita nacional, conforme se observa no Gráfico 7.

Em 2010, o PIB per capita do Piauí equivalia a 35% do PIB per capita brasileiro. Essa equivalência foi crescendo ao longo da série, sem interrupção, de modo que em 2019 o PIB per capita do Piauí atingiu 45,8% do PIB per capita brasileiro, mantendo assim o patamar semelhante ao do ano anterior.

Gráfico 7 – Estado do Piauí: Representação no PIB per capita do Brasil – 2010 a 2019 (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2021). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2021).

3 AVALIAÇÃO DO VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) DO PIAUÍ, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA

O Valor Adicionado Bruto (VAB) mensura o quanto uma atividade produtiva acrescenta na economia de um País, Estado ou Município em determinado período de tempo. Em outras palavras, é o resultado do valor total produzido menos o valor dos insumos utilizados no processo produtivo, não sendo considerada a margem de comércio e os impostos sobre produtos, líquidos de subsídios. Seguindo esse conceito, apresenta-se a seguir o desempenho dos três setores da economia.

3.1 AGROPECUÁRIA

O setor da Agropecuária é composto por: *Agricultura, Inclusive Apoio à Agricultura e a Pós-Colheita*; pela *Pecuária, Inclusive Apoio à Pecuária*; e pela *Produção Florestal, Pesca e Aquicultura*. No Brasil, no ano de 2019, a Agropecuária gerou um VAB de R\$ 310,714 bilhões, montante que representa 4,9% do VAB nacional.

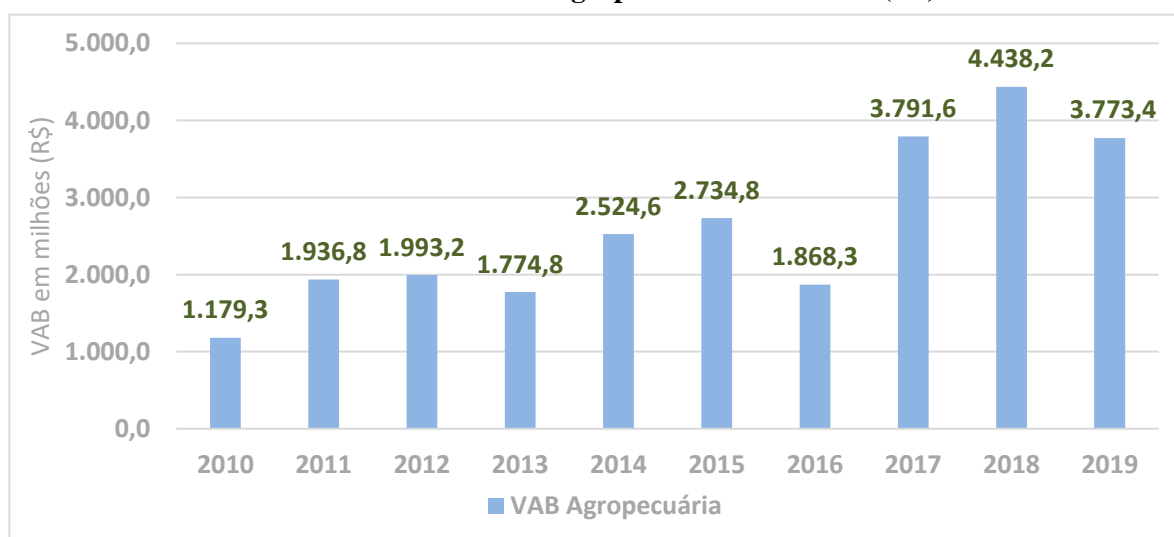
Com relação à conjuntura nacional do setor vale destacar que, em 2019, houve aumento das produções nacionais de cereais (milho e trigo), algodão herbáceo, fumo e cana-de-açúcar. Entretanto, houve redução da produção de café, soja e laranja. Desse modo, o setor registrou no referido ano um crescimento de 1,0% em volume do Valor Adicionado Bruto (VAB).

Vários fatores contribuíram para que o VAB do setor agropecuário brasileiro não tenha alcançado um crescimento mais significativo em 2019, a saber: i) O cultivo de soja, que mesmo com o aumento da área plantada, estimulada pelo aumento de preços referente ao grão, foi prejudicado pela estiagem, bem como pelas elevadas temperaturas registradas no final do ciclo produtivo, o que influenciou diretamente na redução do rendimento médio e volume da cultura em alguns dos principais estados produtores de soja no país. Ademais, no ano de 2019 houve aumento de preços de componentes dos custos da Agricultura: adubos e fertilizantes; inseticidas/defensivos; diesel; energia elétrica. ii) Na pecuária, constatou-se aumento acentuado dos preços da atividade, por influência principalmente do aumento da demanda externa em decorrência da peste suína. Destarte, a atividade registrou alta no abate e exportação da carne suína em 2019. Com relação a Bovinos e Aves, a produção manteve-se estável e sem grande variação de volume de produção. No que se refere à *produção florestal* houve redução dos preços da celulose no mercado internacional, o que pode justificar a queda da produção nacional.

No Estado do Piauí, a Agropecuária, em 2019, sofreu também os impactos registrados em âmbito nacional. Assim, registrou variação negativa de volume de 4,5%, em relação a 2018. A queda em volume, verificada nesta categoria, decorreu, sobretudo, da redução na categoria de atividades *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita*, cuja variação negativa foi de 5,2% onde está inserida a atividade Cultivo de Soja, segmento de peso na composição da economia piauiense, que teve redução da quantidade produzida em 2019, seguindo o ocorrido em âmbito nacional e regional. As demais atividades agropecuárias tiveram os seguintes resultados: *Produção florestal, pesca e aquicultura*, que apresentou queda de volume de 7,5%, e *Pecuária, inclusive apoio à pecuária* que teve aumento de 0,3%.

Conforme o Gráfico 8, em termos nominais, a Agropecuária no Piauí em 2019, gerou um VAB de R\$ 3,77 bilhões. Em comparação a 2018, onde o VAB agropecuário somou R\$ 4,44 bilhões, houve uma redução nominal de R\$ 664,83 milhões. Em termos de participação na economia estadual esse setor, que havia respondido em 2018 por 9,9% do VAB do Estado, respondeu em 2019 por 8,0%, uma perda de participação de 1,9 ponto percentual.

Gráfico 8 – Valor Adicionado Bruto da Agropecuária em Milhões (R\$)– Piauí – 2010 a 2019



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2021). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2021).

3.2 INDÚSTRIA

Composto pelas i) *Indústrias Extrativas*; ii) *Indústrias de Transformação*; iii) *Eletricidade e gás, água e esgoto, atividades de gestão de resíduos de descontaminação*; e iv) *Construção*, o setor da Indústria foi responsável por 21,8% da economia brasileira.

A indústria brasileira, devido à dinâmica econômica nacional, sofreu a influência de alguns fatores que afetaram seu comportamento ao longo do ano de 2019. Na indústria extrativa, houve a queda dos preços de petróleo e gás devido à desvalorização do real e aumento dos custos produtivos da atividade de minérios, influenciado tanto pelo desastre ocorrido em Brumadinho-MG a partir do rompimento da barragem de rejeito quanto pela contínua redução das atividades referentes à extração de minérios de ferro e minérios não metálicos no país.

Na Indústria de transformação, verificou-se: aumento na produção da Indústria de produtos alimentícios; no refino de petróleo e coque; fabricação de defensivos agrícolas; na fabricação de máquinas e equipamentos e fabricação de automóveis. Observou-se, também, no setor, a queda na fabricação de celulose e papel; metalurgia; e fabricação de produtos farmoquímicos em 2019.

Na atividade de *Eletricidade e gás, água e esgoto, atividades de gestão de resíduos de descontaminação* ocorreu aumento da geração elétrica, puxado pelas fontes hidrelétrica, térmica (gás natural), eólica e solar. Aumento em todas as grandes regiões, com exceção da região Sul (queda de 12,8% no Paraná). Na *distribuição de energia* constatou-se um aumento de consumo, devido ao crescimento em todas as regiões, com exceção do Sudeste (Minas Gerais e Rio de Janeiro).

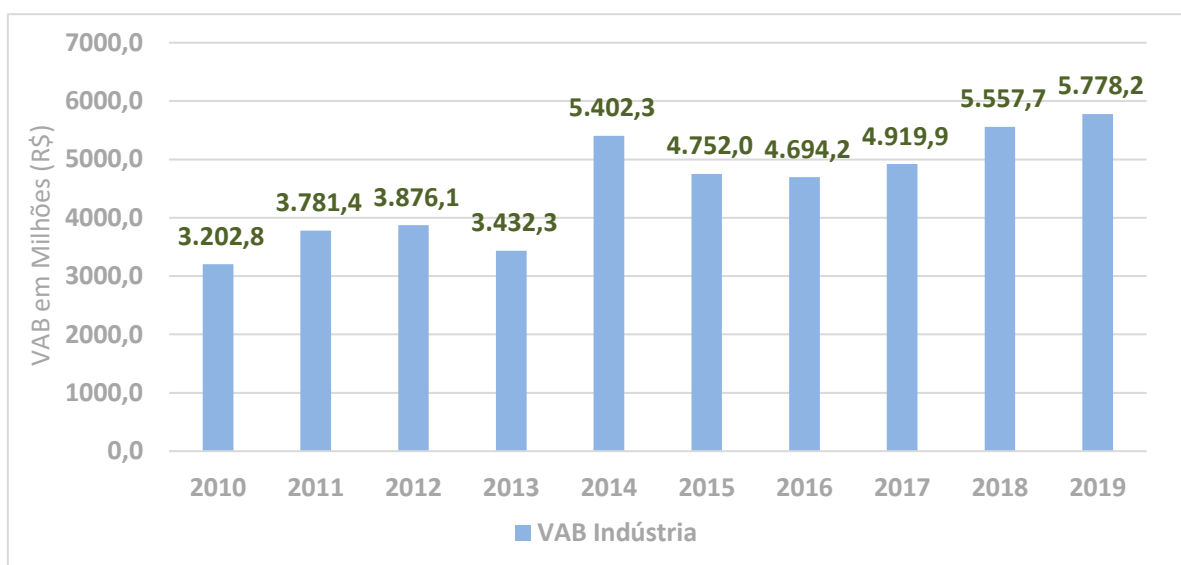
Na atividade de *Construção* houve aumento em volume da atividade, distribuído em todos os segmentos o que retrata uma recuperação da atividade após cinco anos seguidos de queda.

No Estado do Piauí, a Indústria, cresceu 1,9% sobretudo pelo desempenho da atividade *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação*, que apresentou variação em volume de 5,3%, devido ao aumento da geração e distribuição de energia elétrica. Em termos de participação, a Indústria atestou pequena redução de participação no Valor Adicionado Bruto do Estado, pois este grupo representava 12,4% em 2018, e passou a 12,3% em 2019. As perdas de participação experimentadas pelas atividades de *Indústrias extrativas*, *Indústrias de transformação* e *Construção*, respectivamente de -0,10p.p.; -0,13p.p.; e -0,03p.p., explicam essa redução do valor

relativo da Indústria na economia estadual naquele ano.

Conforme se observa no Gráfico 9, a atividade industrial no Piauí, em 2019, somou R\$ 5,78 bilhões de VAB em valores nominais, o que representa um acréscimo de R\$ 220,5 milhões quando comparado ao ano de 2018. Verifica-se ainda que, ao longo da série, 2010-2019, a indústria piauiense tem apresentado um aumento gradativo do VAB a partir do ano de 2017 superando assim, ano a ano o montante produzido pelo setor.

Gráfico 9 – Valor Adicionado Bruto da Indústria – Piauí – 2010 a 2019



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2021). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2021).

Em termos de participação das atividades que compõem a Indústria, a atividade de *Construção*, de maior representatividade no setor, manteve os 5,5% de participação no VAB estadual, ainda com discreta perda de volume mas sem perda de participação, indicando um comportamento de recuperação da atividade, que estava em queda nos últimos cinco anos consecutivos, isto em decorrência da crise econômica que vem atingindo o país desde o ano de 2014, que encareceu o crédito para as empresas e famílias; retração da renda das famílias; queda do consumo e do investimento público e privado.

Já a indústria de *geração e distribuição de eletricidade* foi a única atividade do setor que ganhou participação no VAB do Piauí, registrou assim, aumento de 0,1 ponto percentual em 2019. Destarte, o registro positivo da variação do volume dessa atividade, que foi de 5,3%, é decorrente do aumento na produção de energia elétrica de matriz renovável a partir das usinas de energia eólica e fotovoltaica situadas sobretudo no semiárido piauiense.

3.3 SERVIÇOS

O setor de Serviços é composto por: *Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas; Transporte, Armazenamento e Correios; Alojamento e Alimentação; Informação e Comunicação; Atividade Financeiras, de Seguros Relacionados; Atividades Imobiliárias; Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas Administrativas e Serviços Complementares; Administração, Defesa, Educação e Saúde Pública e Seguridade Social; Educação e Saúde Privada; Artes, Cultura, Esporte e Recreação e Outras Atividades de Serviços e Serviços Domésticos.*

Em 2019, o setor participou com 73,3% do VAB total do país. Os fatores a seguir, no âmbito nacional, influenciaram a atividade dos Serviços no ano de 2019:

- Aumento em volume no comércio atrelado ao aumento de consumo das famílias vinculado à liberação do saque do FGTS;
- Aumento acentuado do comércio de veículos, com destaque para o aumento do licenciamento de caminhões;
- Bom desempenho do setor hoteleiro (aumento das hospedagens e do preço das diárias) e do setor de alimentação (aumento do poder de compra e do número de empregos);
- Em informação e comunicação, o processo de incorporação de empresas gerou redução relativa de custos: Intelig/TIM; Telefônica Data/Telefônica Brasil.

No Piauí, o setor Serviços registrou queda em volume de 0,6%, mas se manteve como grupo de atividades mais representativas na economia do Estado, além de ter elevado sua participação, de 77,6%, em 2018, para 79,7%, em 2019; uma elevação de 2,1 pontos percentuais.

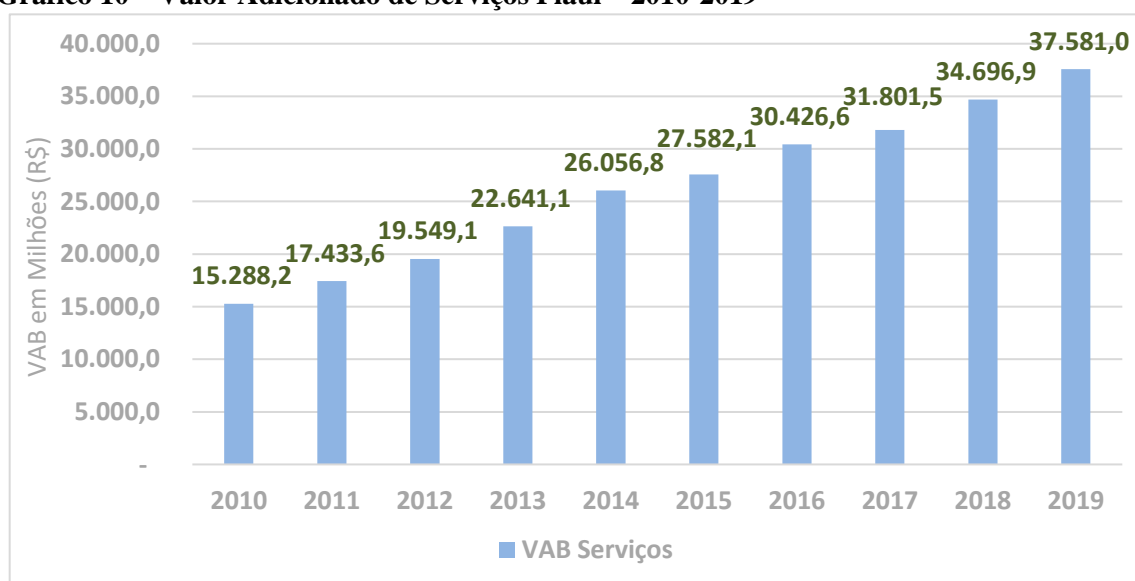
Quanto à elevação de participação, as atividades que mais contribuíram para esse resultado foram *Administração, Defesa, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social; e Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas*, ambas com acréscimo de participação 0,9 p.p. no VAB do Piauí, cada uma. Porém, 3 outras atividades, além de Administração e Comércio, se destacaram por apresentarem aumento de participação em 2019: i) *Atividades Imobiliárias*, que participava com 8,37% do VAB em 2018, passou a 8,57% em 2019, aumentando sua participação em 0,2 p.p.; ii) *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados*, que participava com 3,39% do VAB em 2018, passou a 3,65% em 2019, aumentando sua participação em 0,3 p.p.; e, iii) *Serviços domésticos* cuja participação, em 2018, era de 1,08%; passou a 1,19% em 2019, aumentando sua participação em 0,11 p.p. Ressalte-se que essas três atividades, ao contrário de Administração e Comércio, além do aumento de participação, apresentaram simultaneamente crescimento

real de produto, conforme verificado na Tabela 1.

Quanto à queda de volume de 0,6% do setor Serviços, esta esteve relacionada ao desempenho das categorias de atividades de Administração Pública (APU) e Comércio, primeiro e segundo maiores grupos de atividades da economia estadual, juntos respondem por 49% do PIB, que apresentaram, em 2019, variações negativas de -2,8% e -4,83%, respectivamente. Compensando parcialmente essa perda, 7 das 11 atividades do setor Serviços apresentaram variações positivas de volume de produto em 2019, conforme verificado na Tabela 1: Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços (31,0%); Serviços domésticos(8,1%); Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (5,6%); Educação e saúde privadas (4,5%); Alojamento e alimentação (4,1%); Atividades imobiliárias (2,3%); Transporte, armazenagem e Correios (1,7%).

Em termos nominais, o VAB a preços correntes dos Serviços no Piauí atingiu o montante de R\$ 37,58 bilhões em 2019, um incremento de R\$ 2,88 bilhões, ou seja, um aumento nominal de 8,3% em relação ao ano anterior, conforme se verifica no Gráfico 9. Ressalte-se que, em 2010, o VAB da atividade era de R\$ 15,29 bilhões. Desse modo, em sete anos o valor nominal aumentou R\$ 22,29 bilhões, o que representa um aumento em 146% entre os anos analisados. Verifica-se também ao longo da série, 2010-2019, um aumento gradativo e quase linear do VAB do setor Serviços superando assim, ano a ano o montante produzido por este setor (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Valor Adicionado de Serviços Piauí – 2010-2019



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2021). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2021).

GLOSSÁRIO

Atividade econômica

Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

Consumo intermediário

Bens e serviços utilizados como insumos (matérias-primas) no processo de produção.

Impostos sobre produtos

Impostos a pagar sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma postos à disposição pelos seus proprietários.

Produto Interno Bruto (PIB)

Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes sendo, portanto, a soma dos valores adicionados pelos diversos setores acrescidos dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos na valoração da produção. Por outro lado, o produto interno bruto é igual à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, igual à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) do lado da produção – o produto interno bruto é igual ao valor da produção menos o consumo intermediário mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos no valor da produção; b) do lado da demanda – o produto interno bruto é igual à despesa de consumo final mais a formação bruta de capital fixo mais a variação de estoques mais as exportações de bens e serviços menos as importações de bens e serviços; c) do lado da renda – o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação mais o rendimento misto bruto mais o excedente operacional bruto.

PIB Nominal (preço corrente)

Preço ou valor de determinado produto ou serviço no momento em que foi produzido cujo cálculo é feito com base nos preços correntes, portanto, no ano em que o produto final foi produzido e comercializado e considera que há variações nos preços mediante à inflação ou deflação.

PIB real (preço constante)

Volume físico de um produto ou serviço, ou seja, não considera a inflação . Logo o cálculo é feito com base nos preços constantes, escolhendo, então, um ano específico e não levando em consideração o efeito da inflação.

Valor Adicionado Bruto (VAB)

Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

ANEXOS

Tabelas de resultados

Tabela 1 – Produto Interno Bruto a preço corrente, por Grandes Regiões e Unidades da Federação

Contas Regionais do Brasil – Ano-Base 2010										
Produto Interno Bruto a preço corrente, por grandes regiões e unidades da federação (R\$1.000.000)										
Regiões / UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
BRASIL	3.885.847	4.376.382	4.814.760	5.331.619	5.778.953	5.995.787	6.269.328	6.585.479	7.004.141	7.389.131
NORTE	207.094	241.028	259.101	292.442	308.077	320.688	337.302	367.956	387.535	420.424
Rondônia	23.908	27.575	30.113	31.121	34.031	36.563	39.460	43.516	44.914	47.091
Acre	8.342	8.949	10.138	11.474	13.459	13.623	13.754	14.273	15.331	15.630
Amazonas	60.877	70.734	72.243	83.051	86.669	86.568	89.040	93.240	100.109	108.181
Roraima	6.639	7.304	7.711	9.011	9.744	10.243	11.013	12.105	13.370	14.292
Pará	82.685	98.711	107.081	121.225	124.585	130.900	138.108	155.232	161.350	178.377
Amapá	8.238	9.409	11.131	12.763	13.400	13.861	14.342	15.482	16.795	17.497
Tocantins	16.405	18.346	20.684	23.797	26.189	28.930	31.585	34.108	35.666	39.356
NORDESTE	522.769	583.413	653.067	724.524	805.099	848.579	898.362	953.429	1.004.827	1.047.766
Maranhão	46.310	52.144	60.490	67.695	76.842	78.476	85.310	89.543	98.179	97.340
Piauí	22.269	25.941	28.638	31.284	37.723	39.150	41.417	45.366	50.378	52.781
Ceará	79.336	89.696	96.974	109.037	126.054	130.630	138.423	147.922	155.904	163.575
Rio Grande do Norte	36.185	40.993	46.412	51.518	54.023	57.251	59.677	64.306	66.970	71.337
Paraíba	33.522	37.109	42.488	46.377	52.936	56.142	59.105	62.397	64.374	67.986
Pernambuco	97.190	110.162	127.989	141.150	155.143	156.964	167.345	181.610	186.352	197.853
Alagoas	27.133	31.657	34.650	37.283	40.975	46.367	49.469	52.851	54.413	58.964
Sergipe	26.405	29.108	32.853	35.336	37.472	38.557	38.877	40.711	42.018	44.689
Bahia	154.420	166.603	182.573	204.844	223.930	245.044	258.739	268.724	286.240	293.241
SUDESTE	2.180.988	2.455.542	2.693.052	2.948.744	3.174.691	3.238.738	3.333.233	3.482.143	3.721.317	3.917.484
Minas Gerais	351.123	400.125	442.283	488.005	516.634	519.331	544.810	576.376	614.876	651.873
Espírito Santo	85.310	105.976	116.851	117.274	128.784	120.366	109.264	113.400	137.020	137.346
Rio de Janeiro	449.858	512.768	574.885	628.226	671.077	659.139	640.401	671.606	758.859	779.928
São Paulo	1.294.696	1.436.673	1.559.033	1.715.238	1.858.196	1.939.902	2.038.757	2.120.762	2.210.562	2.348.338
SUL	620.180	696.247	765.002	880.286	948.454	1.008.035	1.067.358	1.122.038	1.195.550	1.272.105
Paraná	225.205	257.122	285.620	333.481	348.084	376.963	401.814	421.498	440.029	466.377
Santa Catarina	153.726	174.068	191.795	214.512	242.553	249.080	256.755	277.270	298.227	323.264
Rio Grande do Sul	241.249	265.056	287.587	332.293	357.816	381.993	408.790	423.270	457.294	482.464
CENTRO-OESTE	354.816	400.153	444.538	485.623	542.632	579.746	633.072	659.913	694.911	731.351
Mato Grosso do Sul	47.271	55.133	62.013	69.203	78.950	83.083	91.892	96.396	106.969	106.943
Mato Grosso	56.601	69.154	79.666	89.213	101.235	107.418	123.880	126.846	137.443	142.122
Goiás	106.770	121.297	138.758	151.300	165.015	173.632	181.760	191.948	195.682	208.672
Distrito Federal	144.174	154.569	164.101	175.907	197.432	215.613	235.540	244.722	254.817	273.614

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2021).

Tabela 2 – Produto Interno Bruto do Brasil per capita a preço de mercado corrente, por grandes regiões e unidades da federação (R\$1,00)

Contas Regionais do Brasil - Ano-Base 2010										
Produto Interno Bruto do Brasil per capita a preço de mercado corrente, por grandes regiões e unidades da federação (R\$1,00)										
Regiões / UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
BRASIL	20.371,64	22.748,72	24.825,15	26.521,15	28.500,24	29.326,33	30.411,30	31.712,65	33.593,82	35.161,70
NORTE	13.040,47	14.975,16	15.878,07	17.219,22	17.879,20	18.358,69	19.043,21	20.514,74	21.313,93	22.810,74
Rondônia	15.320,65	17.491,60	18.938,69	18.007,85	19.462,61	20.677,95	22.072,99	24.098,15	25.554,31	26.497,12
Acre	11.384,33	11.990,36	13.360,72	14.777,18	17.034,15	16.953,46	16.837,69	17.204,21	17.636,88	17.722,41
Amazonas	17.488,72	19.990,58	20.117,80	21.810,12	22.373,36	21.978,95	22.245,02	22.945,14	24.532,90	26.101,72
Roraima	14.713,55	15.871,96	16.424,01	18.461,88	19.608,40	20.476,71	21.413,52	23.160,88	23.188,92	23.593,84
Pará	10.874,91	12.838,60	13.741,42	15.210,80	15.430,53	16.009,98	16.689,55	18.553,76	18.952,21	20.734,60
Amapá	12.319,32	13.749,97	15.933,06	17.365,38	17.845,34	18.079,54	18.329,19	19.407,65	20.247,53	20.688,21
Tocantins	11.857,88	13.095,72	14.590,19	16.098,79	17.495,94	19.094,16	20.598,73	22.002,49	22.933,07	25.021,80
NORDESTE	9.849,05	10.904,53	12.114,67	12.985,53	14.329,13	15.002,33	15.779,11	16.652,57	17.702,85	18.358,78
Maranhão	7.048,99	7.846,13	9.009,13	9.963,47	11.216,37	11.366,23	12.264,28	12.791,40	13.955,75	13.757,94
Piauí	7.139,80	8.260,72	9.060,41	9.824,74	11.808,08	12.218,51	12.890,25	14.091,93	15.432,05	16.125,00
Ceará	9.391,07	10.515,15	11.268,15	12.420,76	14.255,05	14.669,14	15.437,75	16.398,45	17.178,26	17.912,17
Rio Grande do Norte	11.421,40	12.815,67	14.377,13	15.269,44	15.849,33	16.631,86	17.168,60	18.336,45	19.249,60	20.342,11
Paraíba	8.899,38	9.787,93	11.136,68	11.847,81	13.422,42	14.133,32	14.774,41	15.500,16	16.107,51	16.919,84
Pernambuco	11.049,27	12.426,70	14.330,83	15.328,17	16.722,05	16.795,34	17.777,25	19.170,74	19.623,65	20.702,30
Alagoas	8.693,92	10.071,10	10.946,36	11.294,54	12.335,44	13.877,53	14.723,70	15.655,76	16.375,56	17.667,79
Sergipe	12.768,13	13.928,61	15.563,83	16.093,55	16.882,71	17.189,28	17.153,91	17.792,58	18.442,63	19.441,23
Bahia	11.013,11	11.817,87	12.879,59	13.616,22	14.803,95	16.115,89	16.931,10	17.512,79	19.324,04	19.716,21
SUDESTE	27.142,34	30.324,46	33.016,85	34.910,60	37.298,57	37.771,26	38.584,63	40.047,78	42.426,57	44.329,76
Minas Gerais	17.918,75	20.281,35	22.275,27	23.697,20	24.917,12	24.884,94	25.937,96	27.291,11	29.223,22	30.794,04
Espírito Santo	24.286,44	29.877,24	32.657,46	30.545,24	33.148,56	30.627,45	27.487,41	28.234,53	34.490,12	34.177,05
Rio de Janeiro	28.127,41	31.823,88	35.418,15	38.378,59	40.767,26	39.826,95	38.481,96	40.170,31	44.222,66	45.174,08
São Paulo	31.384,93	34.546,05	37.207,35	39.282,97	42.197,87	43.694,68	45.542,32	47.028,89	48.542,24	51.140,82
SUL	22.646,87	25.260,72	27.585,88	30.569,99	32.687,15	34.485,51	36.242,40	37.849,22	40.181,12	42.437,47
Paraná	21.572,21	24.459,07	27.001,97	30.323,46	31.410,74	33.768,62	35.726,38	37.231,86	38.772,74	40.788,77
Santa Catarina	24.597,41	27.555,30	30.046,38	32.334,04	36.055,90	36.525,28	37.140,47	39.603,47	42.149,30	45.118,41
Rio Grande do Sul	2.2556,07	24.695,40	26.701,11	29.764,55	31.927,16	33.960,36	36.206,54	37.381,79	40.362,75	42.406,09
CENTRO-OESTE	25.253,18	28.092,35	30.819,44	32.389,57	35.653,48	37.542,83	40.411,86	41.566,94	43.200,04	44.876,24
Mato Grosso do Sul	19.299,34	22.253,17	24.754,90	26.747,59	30.137,58	31.337,22	34.247,79	35.529,38	38.925,85	38.482,83
Mato Grosso	18.655,61	22.482,25	25.572,10	28.035,75	31.396,81	32.894,96	37.462,74	37.926,22	39.931,13	40.787,32
Goiás	17.783,03	19.947,77	22.543,93	23.515,55	25.296,60	26.265,32	27.135,06	28.316,09	28.272,96	29.732,40
Distrito Federal	56.252,90	59.221,87	61.959,36	63.054,41	69.216,80	73.971,05	79.099,77	80.515,47	85.661,39	90.742,75

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2021).

Tabela 3 – Produto Interno Bruto, população residente e Produto Interno Bruto per capita, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2019

Grandes Regiões e Unidades da Federação / Regiões / UF	Produto Interno Bruto		População residente (hab.)	Produto Interno Bruto per capita (R\$)
	Preços correntes (R\$ 1.000.000)	Variação em volume (%)		
BRASIL	7.389.131	1,2	210.147.125	35.161,70
NORTE	420.424	0,5	18.430.980	22.810,74
Rondônia	47.091	1,0	1.777.225	26.497,12
Acre	15.630	0,2	881.935	17.722,41
Amazonas	108.181	2,3	4.144.597	26.101,72
Roraima	14.292	3,8	605.761	23.593,84
Pará	178.377	-2,3	8.602.865	20.734,60
Amapá	17.497	2,3	845.731	20.688,21
Tocantins	39.356	5,2	1.572.866	25.021,80
NORDESTE	1.047.766	1,2	57.071.654	18.358,78
Maranhão	97.340	0,7	7.075.181	13.757,94
Piauí	52.781	-0,6	3.273.227	16.125,00
Ceará	163.575	2,1	9.132.078	17.912,17
Rio Grande do Norte	71.337	1,4	3.506.853	20.342,11
Paraíba	67.986	0,6	4.018.127	16.919,84
Pernambuco	197.853	1,1	9.557.071	20.702,30
Alagoas	58.964	1,9	3.337.357	17.667,79
Sergipe	44.689	3,6	2.298.696	19.441,23
Bahia	293.241	0,8	14.873.064	19.716,21
SUDESTE	3.917.484	1,00	88.371.433	44.329,76
Minas Gerais	651.873	0,00	21.168.791	30.794,04
Espírito Santo	137.346	-3,8	4.018.650	34.177,05
Rio de Janeiro	779.928	0,5	17.264.943	45.174,08
São Paulo	2.348.338	1,7	45.919.049	51.140,82
SUL	1.272.105	1,7	29.975.984	42.437,47
Paraná	466.377	0,9	11.433.957	40.788,77
Santa Catarina	323.264	3,8	7.164.788	45.118,41
Rio Grande do Sul	482.464	1,1	11.377.239	42.406,09
CENTRO-OESTE	731.351	2,1	16.297.074	44.876,24
Mato Grosso do Sul	106.943	-0,5	2.778.986	38.482,83
Mato Grosso	142.122	4,1	3.484.466	40.787,32
Goiás	208.672	2,2	7.018.354	29.732,40
Distrito Federal	273.614	2,1	3.015.268	90.742,75

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2021).

Tabela 4 – Participação no Produto Interno Bruto a preço de mercado, por Grandes Regiões e Unidades da Federação (%)

Contas Regionais do Brasil										
Regiões / UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
NORTE	5,3	5,5	5,4	5,5	5,3	5,3	5,4	5,6	5,5	5,7
Rondônia	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,6	0,6
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Amazonas	1,6	1,6	1,5	1,6	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4	1,5
Roraima	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Pará	2,1	2,3	2,2	2,3	2,2	2,2	2,2	2,4	2,3	2,4
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Tocantins	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
NORDESTE	13,5	13,3	13,6	13,6	13,9	14,2	14,3	14,5	14,3	14,2
Maranhão	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4	1,3
Piauí	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Ceará	2,0	2,0	2,0	2,0	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2
Rio Grande do Norte	0,9	0,9	1,0	1,0	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Paraíba	0,9	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
Pernambuco	2,5	2,5	2,7	2,6	2,7	2,6	2,7	2,8	2,7	2,7
Alagoas	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Sergipe	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Bahia	4,0	3,8	3,8	3,8	3,9	4,1	4,1	4,1	4,1	4,0
SUDESTE	56,1	56,1	55,9	55,3	54,9	54,0	53,2	52,9	53,1	53,0
Minas Gerais	9,0	9,1	9,2	9,2	8,9	8,7	8,7	8,8	8,8	8,8
Espírito Santo	2,2	2,4	2,4	2,2	2,2	2,0	1,7	1,7	2,0	1,9
Rio de Janeiro	11,6	11,7	11,9	11,8	11,6	11,0	10,2	10,2	10,8	10,6
São Paulo	33,3	32,8	32,4	32,2	32,2	32,4	32,5	32,2	31,6	31,8
SUL	16,0	15,9	15,9	16,5	16,4	16,8	17,0	17,0	17,1	17,2
Paraná	5,6	5,9	5,9	6,3	6,0	6,3	6,4	6,4	6,3	6,3
Santa Catarina	4,0	4,0	4,0	4,0	4,2	4,2	4,1	4,2	4,3	4,4
Rio Grande do Sul	6,2	6,1	6,0	6,2	6,2	6,4	6,5	6,4	6,5	6,5
CENTRO-OESTE	9,1	9,1	9,2	9,1	9,4	9,7	10,1	10,0	9,9	9,9
Mato Grosso do Sul	1,2	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,5	1,5	1,5	1,4
Mato Grosso	1,5	1,6	1,7	1,7	1,8	1,8	2,0	1,9	2,0	1,9
Goiás	2,7	2,8	2,9	2,8	2,9	2,9	2,9	2,9	2,8	2,8
Distrito Federal	3,7	3,5	3,4	3,3	3,4	3,6	3,8	3,7	3,6	3,7

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2021).

Tabela 5 – Variação em volume do PIB 2018 e 2019, por Unidades da Federação

Contas Regionais do Brasil				
Variação em volume Produto Interno Bruto				
Regiões / UF	2018	2019	Ranking 2018	Ranking 2019
BRASIL	1,8	1,2	***	***
NORTE	3,4	0,5	***	***
Rondônia	3,2	1,0	5	16
Acre	0,5	0,2	26	22
Amazonas	5,1	2,3	1	7
Roraima	4,8	3,8	2	3
Pará	3,0	-2,3	7	26
Amapá	2,3	2,3	11	6
Tocantins	2,1	5,2	13	1
NORDESTE	1,8	1,2	***	***
Maranhão	2,9	0,7	8	19
Piauí	2,1	-0,6	12	25
Ceará	1,4	2,1	19	9
Rio Grande do Norte	1,8	1,4	16	13
Paraíba	1,1	0,6	23	20
Pernambuco	1,9	1,1	15	14
Alagoas	1,1	1,9	24	11
Sergipe	-1,8	3,6	27	5
Bahia	2,3	0,8	10	18
SUDESTE	1,4	1,0	***	***
Minas Gerais	1,3	0,0	21	23
Espírito Santo	3,0	-3,8	6	27
Rio de Janeiro	1,0	0,5	25	21
São Paulo	1,5	1,7	18	12
SUL	2,1	1,7	***	***
Paraná	1,2	0,9	22	17
Santa Catarina	3,7	3,8	4	4
Rio Grande do Sul	2,0	1,1	14	15
CENTRO-OESTE	2,2	2,1	***	***
Mato Grosso do Sul	2,5	-0,5	9	24
Mato Grosso	4,3	4,1	3	2
Goiás	1,4	2,2	20	8
Distrito Federal	1,7	2,1	17	10

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2021).

Tabela 6 – Variação em volume do Valor Adicionado 2019, por Unidades da Federação

Contas Regionais do Brasil				
Variação em Volume do Valor Adicionado (%)				
Unidades da Federação	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços
BRASIL	1,0	0,4	-0,7	1,5
NORTE	-0,1	***	***	***
Rondônia	0,8	0,2	1,7	0,7
Acre	-0,2	-12,7	-2,9	1,4
Amazonas	1,8	-8,4	1,4	3,3
Roraima	3,6	4,9	3,4	3,6
Pará	-3,0	0,3	-13,2	1,7
Amapá	1,9	0,9	1,6	1,9
Tocantins	5,2	31,4	-4,2	2,2
NORDESTE	1,0	***	***	***
Maranhão	0,6	1,6	0,9	0,3
Piauí	-0,7	-4,5	1,9	-0,6
Ceará	1,9	9,8	1,7	1,5
Rio Grande do Norte	1,3	5,5	-0,7	1,6
Paraíba	0,6	1,3	-2,2	1,1
Pernambuco	0,8	7,5	0,5	0,5
Alagoas	2,2	15,4	-2,9	0,0
Sergipe	3,6	33,2	6,3	1,4
Bahia	0,6	-6,9	0,1	1,6
SUDESTE	0,8	***	***	***
Minas Gerais	-0,5	-3,6	-6,8	2,2
Espírito Santo	-4,2	-2,9	-15,9	1,6
Rio de Janeiro	0,5	-2,4	4,7	-0,9
São Paulo	1,5	0,1	-0,2	2,0
SUL	1,4	***	***	***
Paraná	0,6	-8,5	2,2	1,3
Santa Catarina	3,4	-1,2	2,0	4,3
Rio Grande do Sul	0,8	3,0	0,2	0,8
CENTRO-OESTE	1,9	***	***	***
Mato Grosso do Sul	-0,8	-6,1	-0,1	0,7
Mato Grosso	3,9	1,4	2,9	1,9
Goiás	2,1	1,2	4,1	1,8
Distrito Federal	1,9	11,5	1,3	2,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2021).

Tabela 7 – Piauí – Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto – 2010 a 2019

Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto (%)									
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total das Atividades	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	6,0	8,4	7,8	6,4	7,4	7,8	5,1	9,4	9,9	8,0
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita	3,4	5,8	5,4	4,0	5,1	5,3	2,7	7,1	7,9	6,2
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	1,9	1,9	1,6	1,7	1,6	1,7	1,6	1,6	1,4	1,3
Produção florestal, pesca e aquicultura	0,7	0,7	0,8	0,7	0,7	0,8	0,7	0,7	0,6	0,5
Indústria	16,3	16,3	15,2	12,3	15,9	13,6	12,7	12,1	12,4	12,3
Indústrias extrativas	0,7	0,6	0,5	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
Indústrias de transformação	5,2	4,8	4,8	3,6	4,8	4,2	4,1	3,3	3,1	3,0
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	2,0	2,5	2,3	0,7	1,9	0,9	1,6	2,6	3,5	3,6
Construção	8,4	8,4	7,7	7,8	9,0	8,3	6,9	6,2	5,5	5,5
Serviços	77,7	75,3	76,9	81,3	76,7	78,7	82,3	78,5	77,6	79,7
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	15,9	16,7	17,5	18,5	16,0	14,8	15,4	14,7	14,2	15,1
Transporte, armazenagem e Correios	3,0	2,9	2,3	2,6	2,0	2,3	2,7	2,5	2,6	2,5
Alojamento e alimentação	2,5	2,4	2,5	3,4	2,8	3,4	3,7	3,1	3,1	3,0
Informação e comunicação	1,5	1,3	1,1	1,5	1,4	1,6	1,5	1,6	1,4	1,4
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2,6	2,3	2,4	2,5	2,6	3,0	3,4	3,5	3,4	3,7
Atividades imobiliárias	8,0	7,5	7,7	7,7	9,2	9,1	9,0	8,1	8,4	8,6
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	5,6	5,1	5,4	4,9	4,6	5,6	6,5	6,0	5,7	5,6
Administração, educação, saúde, defesa, seguridade social	33,0	31,8	31,8	34,4	31,2	33,2	34,1	33,1	33,3	34,2
Educação e saúde privadas	2,3	2,3	2,6	2,7	3,6	3,0	3,2	3,2	3,2	3,2
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	1,8	1,6	1,7	1,3	1,6	1,2	1,4	1,3	1,3	1,3
Serviços domésticos	1,4	1,3	1,7	1,9	1,6	1,4	1,5	1,3	1,1	1,2

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2021).

Tabela 8 – Participação das atividades econômicas do Piauí no ano de 2018 e 2019 e a diferença

Atividades econômicas	2018	2019	Diferença p.p (%)
Total das Atividades	100,0	100,0	0,0
Agropecuária	9,9	8,0	-1,9
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita	7,9	6,2	-1,7
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	1,4	1,3	-0,1
Produção florestal, pesca e aquicultura	0,6	0,5	-0,1
Indústria	12,4	12,3	-0,2
Indústrias extrativas	0,2	0,1	-0,1
Indústrias de transformação	3,1	3,0	-0,1
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	3,5	3,6	0,1
Construção	5,5	5,5	0,0
Serviços	77,6	79,7	2,1
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	14,2	15,1	0,9
Transporte, armazenagem e Correios	2,6	2,5	-0,1
Alojamento e alimentação	3,1	3,0	0,0
Informação e comunicação	1,4	1,4	0,0
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,4	3,7	0,3
Atividades imobiliárias	8,4	8,6	0,2
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	5,7	5,6	-0,1
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	33,3	34,2	0,9
Educação e saúde privadas	3,2	3,2	0,0
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	1,3	1,3	0,0
Serviços domésticos	1,1	1,2	0,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2021).